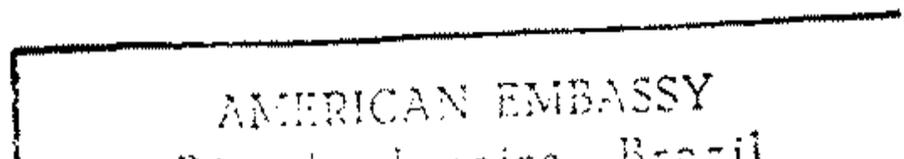
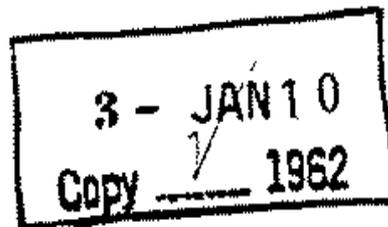


JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

MENSAGEM  
AO  
CONGRESSO NACIONAL



Rio de Janeiro, Janeiro 13 1960  
Enclosure to T/S dated \_\_\_\_\_

1960

JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

*Brazil, Presidente,*

**MENSAGEM**

AO

**CONGRESSO NACIONAL.**

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1960



RIO DE JANEIRO  
BRASIL

PARTE QUARTA  
TRABALHO, PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

## CAPÍTULO I

### TRABALHO

Preservar a paz social, com a melhoria das condições de vida do trabalhador e o paralelo incremento da produtividade, foi objeto de constante empenho do Governo, tôdas as vêzes que se fêz necessária a sua interferência nas reivindicações salariais.

Graças à compreensão entre empregados e empregadores, puderam levar-se a bom têrmo os entendimentos, com soluções adequadas, mesmo quando as greves chegaram a deflagrar. Estas, de pouca duração, não produziram sensíveis abalos na estrutura econômica ou na harmonia social.

Nos desentendimentos que não se resolveram em âmbito administrativo, coube a palavra final aos tribunais do Trabalho, dentro dos preceitos da legislação trabalhista.

Foram em número de vinte-e-oito os acôrdos salariais celebrados e homologados pelo Departamento Nacional do Trabalho, e de cinqüenta-e-três os principais dissídios do mesmo gênero nas Delegacias Regionais; dêstes, vinte-e-três ocorreram em São Paulo.

Realizaram-se, também, mesas-redondas para, entre outros objetivos, estudar processos eleitorais, debater sôbre condições de trabalho e divergências entre facções no seio dos sindicatos, tanto patronais como de empregados.

Por êsse meio, tiveram desfecho satisfatório pendências que se delongavam excessivamente, em especial a antiga questão dos trabalhadores silicóticos da Mina de Morro Velho, a do reconhecimento da categoria diferenciada dos Marítimos das Docas de

Santos e a da regulamentação das condições de trabalho dos Aeronaútas.

É de salientar, ainda, o aumento do número de convenções coletivas de trabalho, entre sindicatos de empregados e empregadores,

132

fato que patenteia o progresso alcançado no campo social pelos componentes destas categorias, bem como a confiança que reciprocamente se inspiram. O emprêgo dêste instituto trabalhista, até agora pouco utilizado entre nós, muito fortalece a paz social, extraindo da legislação do trabalho a melhor substância.

### Higiene, Segurança e Fiscalização do Trabalho

O volume de serviços, neste campo de ação, excedeu em cêrca de 15% ao de 1958, compreendidas as atividades da medicina do trabalho e da assistência social. Registraram-se perto de 85 000 exames médicos e odontológicos, sobretudo em menores, e 52 000 visitas a estabelecimentos industriais e comerciais, para fins de higiene e segurança do trabalho.

Realizou-se, com êxito, a Semana de Prevenção de Acidentes, havendo-se conferido medalhas às emprêsas que menor índice de incidência apresentaram no decorrer de um ano, assim como às associações e personalidades que se distinguiram na luta contra os infortúnios de trabalho.

Em cooperação com os sindicatos de classe, intensificou-se a fiscalização das emprêsas. Vários casos de relutância no pagamento do salário-mínimo foram resolvidos por meios suasórios.

O refôrço da vigilância sôbre o recolhimento do impôsto sindical trouxe como resultado um acréscimo de arrecadação superior a 2 milhões de cruzeiros.

A atividade fiscal, no que concerne ao trabalho dos artistas, acompanhou o desenvolvimento do teatro, do rádio e da televisão;

somente na Capital Federal, efetuarão-se 1 913 contratos e 2 672 notas declaratórias.

### Sindicalização

Muito se interessou a Administração pelo maior conagraamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo que procurou sanear as instituições destinadas à sua defesa, afastando elementos nocivos.

Vê o Governo, com agrado, que as entidades de classe, de primeiro e segundo grau, se multiplicam e, na maioria dos casos,

133

têm à sua frente diretorias cujo nível intelectual mostra o alto índice de politização das classes trabalhistas e patronais brasileiras. Os cursos de formação sindical e de divulgação da legislação do trabalho, promovidos por vários órgãos do Poder Público e por entidades privadas, contribuíram, em boa parte, para o desenvolvimento daquelas entidades, que hoje cooperam com o Poder Público em vários setores administrativos.

Em 1959, foram reconhecidos: 10 novas Federações, 120 Sindicatos e mais uma Confederação Nacional, a dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

O cadastro sindical acusou, ao fim do exercício, a existência de 2 680 Sindicatos: 1 578 de empregados, 986 de empregadores e 116 de profissionais liberais, distribuídos pelas diferentes Unidades do País. Elevam-se a 147 as Federações: 85 representativas de empregados, 58 de empregadores e 4 de profissionais liberais. Quanto às Confederações Nacionais, com o reconhecimento da última, já assinalado, atingiram a 8, sendo 3 de empregadores, 4 de empregados e 1 de profissionais liberais.

### Relações Internacionais do Trabalho

Em cumprimento a dispositivo da lei básica da Organização Internacional do Trabalho, o Governo brasileiro encaminhou ao Congresso Nacional, em 1959, a Convenção nº 102, que dispõe sobre o seguro social.

Também dependem de aprovação do Congresso Nacional as seguintes Convenções, que lhe foram submetidas anteriormente, relativas a diversas matérias: nº 21, simplificação da inspeção de

imigrantes a bordo dos navios; nº 22, contrato de engajamento de marítimos; nº 87, liberdade sindical e direito de sindicalização; nº 90, trabalho noturno de menores na indústria; nº 91, férias remuneradas dos marítimos; nº 93, salários, horas de trabalho a bordo e lotação; nº 94, cláusulas de trabalho nos contratos celebrados pelas autoridades públicas; nº 97, trabalhadores migrantes; nº 103, proteção à maternidade; nº 104, abolição das sanções penais (trabalhadores indígenas); nº 105, abolição do trabalho forçado; nº 106, repouso hebdomadário no comércio e nos escritórios; nº 107, proteção e integração das populações aborígenes e outras populações tribais e semitribais nos países independentes.

134

O Brasil compareceu à 43ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1959. A delegação, constituída de representantes governamentais, patronais e operários, foi chefiada pelo Vice-Presidente da República, Dr. João Belchior Goulart, e acompanhada por dois observadores parlamentares.

A Conferência aprovou três Convenções sobre o trabalho dos pescadores: a que estipula, como regra, a idade de quinze anos para a admissão de menores em barcos de pesca; a que institui o certificado de aptidão física para o pescador e a que dispõe sobre o contrato de trabalho do empregado em serviços de pesca. Adotou, outrossim, uma recomendação atinente à organização dos serviços de medicina do trabalho. Em primeira discussão, aprovou, ainda, projetos de instrumentos internacionais que dizem respeito à colaboração entre autoridades públicas e organizações de empregados e de empregadores e à proteção dos trabalhadores contra radiações. Discutiu-se, também, a proteção aos trabalhadores não-manuais, para norteammento de futuros projetos de Convenções e Recomendações.

Ante os esclarecimentos prestados à Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações pela Delegação Governamental brasileira, concluiu a Conferência que não procediam as dúvidas relativas à inobservância, pelo nosso País, das Convenções nº 92 e 98, que se prendem, respectivamente, ao alojamento das tripulações da Marinha Mercante e ao direito de sindicalização e negociação coletiva. Quanto à Convenção nº 3, na parte concernente ao salário da gestante no decurso da licença especial, absteve-se a Conferência de adotar qualquer medida, uma vez que, na Mensagem apresentada ao Congresso Nacional em 1959, o Governo brasileiro encarceu a necessidade de reformar-se a nossa legislação sobre o assunto. Com efeito, preconizando essa medida, acentuamos que a revisão em causa será o meio de solucionar convenientemente o problema e evitar denúncia da referida Convenção.

**Elaboração Legislativa**

nal. Também em tramitação há alguns projetos destinados a alterar isoladamente dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. É oportuno recordar as observações, já feitas em Mensagens anteriores, sobre a desvantagem das freqüentes reformas parciais de textos orgânicos como aquêles. Seria conveniente que se ultimasse o Código do Trabalho, em exame pela Comissão Mista do Congresso Nacional, a cuja disposição o Governo já colocou alguns dos seus melhores técnicos no assunto.

Versando sobre alterações da atual Lei de Acidentes do Trabalho, em seus artigos 27, 82 e 104, os Projetos de nº 253/59 e 443/59, da Câmara dos Deputados, apresentam especial interesse pelas soluções adequadas que trazem, corrigindo falhas ou injustiças da legislação vigente.

Outro assunto tratado em Mensagem anterior, e de não somente importância, é a regulamentação do preceito constitucional que, instituindo o salário-mínimo familiar, visa, sobretudo, a corrigir os desvios da aplicação indiscriminada do atual salário-mínimo de base estritamente individual.

## CAPITULO II

### PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### Conjuntura Econômico-Financeira

A arrecadação de contribuições de empregados, de empregadores e da União, em 1959, pelos cinco Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviço Público, montou a cerca de 70 bilhões de cruzeiros, apresentando um acréscimo de 60% em relação ao exercício de 1958. Da cota da União, foram efetivamente realizados perto de 5 bilhões, e as em-

prêsas particulares deixaram de recolher aproximadamente 6 bilhões. Assim, o recolhimento efetivo de contribuições foi da ordem de 46 bilhões de cruzeiros.

A despesa global com os benefícios de previdência — aposentadorias, pensões, auxílio-doença, auxílio-maternidade e outros — orçou por 34 bilhões de cruzeiros, ultrapassando em 50% as despesas de 1958.

136

Na assistência médica empregaram-se 7 bilhões e, na alimentar, 2,5 bilhões.

Com a administração geral despenderam-se cerca de 5 bilhões de cruzeiros, 20% a mais do que em 1958. Computados tais encargos e os de benefícios de previdência, a despesa global efetiva desse setor eleva-se a 39 bilhões de cruzeiros, ou seja, 87% em benefícios e 13% em administração geral.

Dos 46 bilhões acima referidos, cerca de 70% foram despendidos, portanto, com benefícios de previdência e 10% com administração geral.

Computadas as despesas assistenciais, o total efetivamente despendido supera a receita de contribuições gerais, tendo sido coberto em parte pela receita específica da assistência médica, embora insuficiente, e em parte pelas entradas dos exercícios anteriores.

### Débito da União

A contribuição devida pela União aos cinco Institutos e à Caixa de Aposentadoria e Pensões foi de quase 23 bilhões de cruzeiros, em 1959.

Desse montante, apenas se realizaram cerca de 5 bilhões, dos quais 2, pelo Tesouro Nacional, e 3, pela arrecadação das diversas cotas de previdência, através do Departamento Nacional da Previdência Social.

Já na Mensagem de 1958, assinalávamos a inexequibilidade do vigente sistema de custeio da previdência, responsável pelo crescimento constante do débito da União, cujo total, em 1959, se aproximava de 70 bilhões de cruzeiros. Certo, o sistema de contribuição triplíce e igual, por parte dos empregados, dos empregadores e da União, não deve subsistir, pois exigiria a elevação das cotas de previdência a níveis insuportáveis ou a consignação, no

orçamento, de 20 bilhões de cruzeiros anuais, a serem cobertos por outras fontes de receita.

Eis porque renovamos, aqui, apêlo feito na Mensagem anterior, a fim de ser o problema examinado à luz dos elementos que informaram o projeto ora em tramitação na Câmara, sob o nº 2 119, de 1956.

137

Entretantes, o Govêrno emprega os recursos legais e econômicos ao seu alcance para enfrentar, resolutamente, a questão. A Comissão criada pelo Decreto nº 47 290, de novembro de 1959, procedeu a exaustivos estudos que permitirão solver-se o débito, com a transferência às instituições previdenciárias, de ações de propriedade da União em emprêsas de economia mista. Isto se faria dentro dos limites estabelecidos na legislação de cada sociedade e sem prejuízo do efetivo contrôle governamental.

Assim, pela primeira vez na história da previdência social, dar-se-á cabal solução a uma tormentosa questão administrativa.

É mister acentuar, entretanto, que, sem a aprovação do Projeto de Lei nº 2 119, de 1956, o problema ressurgirá, voltando a ameaçar a estabilidade do nosso seguro social.

#### **Débito dos Empregadores**

Como acentuamos em Mensagens anteriores, cresce, dia a dia, o número de emprêsas que se atrasam no recolhimento das contribuições aos Institutos e à Caixa.

As moratórias concedidas por lei, assim como eventuais acôrdos administrativos celebrados para liquidação dos débitos, se, em alguns casos, resolvem satisfatoriamente as questões, de um modo geral encorajam a desídia no pagamento. Destarte, não se justificam novas concessões a êsse respeito.

Com os atrasos de 1959, já ascende a cêrca de 15 bilhões de cruzeiros o débito das emprêsas para com os Institutos e a Caixa de Aposentadoria e Pensões.

#### **Reajustamento Automático das Aposentadorias e Pensões**

A fim de dar cumprimento à Lei nº 3 596, de 1959 — que manda reajustar, a partir de maio de 1958, as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e pela C.A.P.F.E.S.P. — o Govêrno baixou o Decreto nº 47 149, de 29 de outubro de 1959, que aprova a tabela de índices para o reajustamento, obedecendo a critério diretamente proporcional à data da concessão do benefício.

Procuram as instituições previdenciárias um meio de cobrir os encargos financeiros oriundos do reajustamento, pois a solução prevista na lei, dependente da concessão de verba especial, não se poderá dar em breve prazo.

### **Contribuição Especial para Assistência Médica**

Privados parcialmente dessa fonte especial de receita, em razão de decisões judiciais, não puderam os três maiores Institutos desenvolver os seus serviços de assistência médica. A unificação destes, com adequada cobertura financeira, conforme preconizamos em Mensagens anteriores, é o único meio de resolver o angustiante problema.

### **Lei Orgânica da Previdência Social**

Especialmente convocado para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, o Ministro do Trabalho focalizou, perante o Senado, as questões relativas ao plano de benefícios, à cota do Governo e à unificação de serviços, notadamente de assistência médica.

Na oportunidade, os pedidos especiais de informações, a propósito da matéria, foram também esclarecidos. Espera o Governo que, em breve, possa ser transformado em lei esse projeto, que atende aos anseios gerais das classes interessadas.

Também muito se empenha o Governo pelo rápido andamento do projeto que transfere, da instância administrativa e da justiça comum, para a Justiça do Trabalho, o julgamento das controvérsias referentes à Previdência Social.

### **Atividades das Instituições Previdenciárias**

Continuaram os Institutos e a C.A.P.F.E.S.P. a cumprir, de maneira satisfatória, seus encargos legais, malgrado as dificuldades já apontadas em outro tópico desta Mensagem.

I. A. P. I. — Despendeu, em 1959, aproximadamente, 14,5 bilhões de cruzeiros, com benefícios em dinheiro, efetuando mais de 5 milhões de pagamentos. Manteve cerca de 230 mil aposentados

e mais de 220 mil pensionistas, concedendo, no decurso do exercício, quase 500 mil benefícios novos, de diversas modalidades. No setor da assistência médica, a prestação de serviços aos segurados consigna um total superior a 4 milhões, englobando atividades clínicas, cirúrgicas, de laboratório, radiologia e outras. Na parte hospitalar, pôde oferecer perto de 470 mil leitos-dia, enquanto a assistência à maternidade dispôs de cêrca de 250 mil leitos-dia, para um total de 48 mil gestantes. O plano de inversões imobiliárias, conquanto reduzido, proporcionou financiamentos em montante superior a 20 milhões de cruzeiros, ao passo que, por conta direta do Instituto, foram construídos, em 1959, 5 conjuntos residenciais e 2 edifícios, achando-se em construção mais um conjunto e 13 edifícios.

I. A. P. C. — Segundo em importância, pelo número de segurados, êsse Instituto empregou quase 5 bilhões de cruzeiros com benefícios em dinheiro, cabendo realçar a circunstância de haverem sido postos em dia os pagamentos em atraso. Os gastos com a assistência médica subiram a 1,2 bilhões de cruzeiros, atingindo a 3 500 000 as unidades de serviços prestados. Foi a rede assistencial estendida a numerosas cidades do interior do País, elevando-se de 300 para 600 o número de médicos credenciados para a prestação local de serviços.

I. A. P. E. T. C. — Quanto a êste Instituto, os benefícios em dinheiro importaram em cêrca de 3 bilhões de cruzeiros e os de assistência médica em 1 bilhão, aproximadamente. O setor imobiliário desenvolveu-se com a construção de 11 blocos em Brasília, com 420 apartamentos, a serem concluídos até março de 1960; 13 blocos no Distrito Federal, com 400 apartamentos; em Recife, um conjunto de 100 casas; em Criciúma, dois conjuntos, com 100 unidades de alvenaria e 10 de madeira; em Urussanga, um conjunto de 35 unidades de madeira; e em Siderópolis, um conjunto de 19 unidades também de madeira. Recebeu sensível incremento a assistência médica, com a instalação de novos serviços em 22 localidades do interior. O Hospital Ipiranga, em São Paulo, com 200 leitos, foi pôsto em funcionamento. No Distrito Federal, reformaram-se os serviços odontológicos e de acidentes do trabalho. Novas instalações, algumas de alto custo, foram concluídas em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para melhor apare-

I.A.P.B. — Dentre os seus congêneres, relativamente é o que apresenta situação financeira de maior desafogo. Pôde esse Instituto continuar normalmente as inversões patrimoniais, aplicando 260 milhões em empréstimos simples e 100 milhões em empréstimos hipotecários. A outras entidades oficiais de caráter assistencial, concedeu empréstimos no valor aproximado de 55 milhões de cruzeiros. Realizou 186 financiamentos imobiliários a segurados, no valor de 76 milhões de cruzeiros, alienando 206 unidades residenciais, no valor de 133 milhões. Como obras próprias, construiu 315 unidades residenciais, estando em construção outras 906 e, em projeto, 1 352, no total de 262 milhões de cruzeiros. O campo da assistência médica foi ampliado, com a instalação de ambulatórios e de farmácias em diversas localidades, além do credenciamento de médicos e da celebração de convênios com hospitais. Em consequência, nada menos de 770 hospitais atendem aos segurados.

I.A.P.M. — Superando as dificuldades de sua situação financeira, conseguiu trazer em dia, em 1959, o pagamento dos benefícios, solvendo também compromissos anteriores relativos a serviços médicos e hospitalares. O novo Hospital dos Marítimos, em Niterói, foi inaugurado; ampliaram-se satisfatoriamente os serviços do Hospital Central do Distrito Federal, e deu-se prosseguimento aos estudos para a instalação definitiva da Maternidade em Belém.

I.P.A.S.E. — No decorrer do exercício, despendeu, com benefícios em dinheiro a 43 852 pensionistas, aproximadamente . . . . Cr\$ 1,4 bilhões e, em serviços ambulatoriais e hospitalares, a 270 mil segurados e seus familiares, importância superior a 1,5 bilhão. Proporcionou aquisição de moradia própria a 1 413 segurados, num montante excedente a 400 milhões, ao passo que transcenderam a cifra de 40 milhões os empréstimos em dinheiro a 1 655 segurados. O Conjunto Residencial de Jacarepaguá, nesta Capital, com 328 apartamentos, foi concluído e entregue aos candidatos devidamente inscritos e selecionados, estando outras 100 unidades e 28 lojas com obras em andamento, bem como os edifícios-sede das Agências de Pôrto Alegre, com 25 pavimentos, e de Fortaleza com

12 pavimentos. Iniciou-se a ampliação do Hospital Alcides Carneiro, em Campina Grande, e, também, a instalação de um ambulatório, no 10º andar do Ministério do Trabalho. Em Brasília, o I.P.A.S.E. deverá concluir, antes da mudança da Capital, 312 apartamentos de 4, 3 e 2 quartos, estando programada a entrega de mais 456 apartamentos de acomodações idênticas aos anteriores, além de jardim de infância modelo. O Hospital dos Segurados de

de um de jardim de infância moderno. O Hospital dos Servidores do Estado adquiriu e instalou uma Bomba de Cobalto, para terapêutica específica no combate ao câncer, com uma radiação gama de 2 milhões de volt. Nova ala do Serviço de Pediatria foi terminada e posta a funcionar, achando-se em andamento as obras relativas à segunda ala e ao núcleo central da clínica. Setores de Anatomia Patológica, Odonto-Pediatria, Serviço Social e Radiologia foram inaugurados, observando-se, outrossim, intenso aperfeiçoamento do pessoal em serviço, por meio de cursos, congressos e conferências realizados no correr de todo o ano. Foram dadas nos ambulatórios do H.S.E. cerca de 170 mil consultas, em tôdas as clínicas.

C.A.P.F.E.S.P. — Tendo sido a mais prejudicada dentre as instituições previdenciárias, pelos atrasos das empresas contribuintes, a C.A.P.F.E.S.P. sofreu, em suas atividades de 1959, as limitações que eram de esperar. Ainda assim, suas despesas com benefícios ultrapassaram 5 bilhões de cruzeiros, e sua assistência médica despendeu perto de 1 bilhão de cruzeiros.

*Hospital Júlia Kubitschek* — Organizado como a primeira comunidade de serviços hospitalares da Previdência Social, com sede em Belo Horizonte, teve êste Hospital aprovada a sua estruturação administrativa e técnica, pelo Decreto n.º 46 795, de setembro de 1959. Constituirá êsse estabelecimento um bom campo de experiência para a projetada unificação dos serviços médico-hospitalares da Previdência Social.

S.A.S.S.E. — Criado pela Lei n.º 3 149, de maio de 1957, regulamentada pelo Decreto n.º 43 913, de junho de 1958, o Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários é uma nova organização previdencial que serve a mais de 50 000 associados e beneficiários, distribuídos por todo o País. Está apto a preencher suas finalidades. Os seus serviços de assistência médica, hospitalar e de

laboratório foram prestados satisfatoriamente, o que já de si confirma o alcance social da entidade.

S.A.M.D.U. — Grande foi o desenvolvimento dos seus serviços em 1959, motivado sobretudo pelas solicitações recebidas de coletividades, em que são mais precários os recursos de assistência médica aos segurados dos Institutos. Atendeu essa instituição a 2 608 142 casos, entre intervenções cirúrgicas e serviços ambulatoriais e de laboratório. Despendeu com isto cerca de 1,3 bilhão de cruzeiros, custeados, em rateio, pelos cinco Institutos e

pela Caixa.

S.A.P.S. — Foi reestruturado este Serviço, com o objetivo de melhor aparelhar-se no setor de assistência alimentar aos previdenciários, e, ao mesmo tempo, favorecer a realização e o controle de suas operações financeiras de caráter especializado. Outras medidas se tomaram, a fim de reconduzir a instituição à sua precípua finalidade, que é fornecer refeições e gêneros de primeira necessidade, a preços módicos. Mantém presentemente o S.A.P.S., no Distrito Federal, quatro grandes restaurantes, fornecendo um total de 9 490 refeições diárias; 23 Postos de Subsistência; um supermercado e dois auto-serviços. Também nos Estados, conta com restaurantes e Postos de Subsistência. Sua despesa no exercício atingiu 2,6 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

*Fundação da Casa Popular* — Em 1959, construiu esta Fundação 1 331 moradias, das quais 840 em Brasília e 491 em outros pontos do País, com uma inversão da ordem de 260 milhões de cruzeiros. Financiou a construção de 102 unidades residenciais, no valor de cerca de 10 milhões de cruzeiros, em Bonito (PE), Pacatuba (CE) e um pequeno núcleo em Caetité (BA) em convênio com o I.N.I.C. e com a Mitra Diocesana da cidade. Além dos 840 apartamentos já referidos, está prevista a construção, em Brasília, de mais 150 unidades, a serem entregues em setembro de 1960, orçadas em quase 120 milhões de cruzeiros.

Os empreendimentos da F.C.P. foram realizados em tempo rápido, com o custo médio do metro quadrado inferior ao de obras idênticas na Capital Federal. A fim de que esse órgão possa melhor atingir os objetivos de sua criação, acham-se em curso no Congresso dois projetos. Encarecemos a conveniência de se apressar

a aprovação do de nº 1 050/59, que assegura recursos capazes de permitir, em larga escala, a construção de casas populares em todo o País.

SESC — Foi, no decorrer de 1959, objeto de especiais cuidados por parte do Ministério do Trabalho, a que se acha vinculado, sem prejuízo de sua condição de entidade privada. Prestou esse órgão perto de 2 200 000 unidades de serviços aos comerciantes, destacando-se: realização de cursos, recreação infantil, acesso à biblioteca, almoço e merenda, educação sanitária, assistência médica, farmacêutica e odontológica em geral. Proporcionou o gozo efetivo de férias a cerca de 80 000 pessoas, em colônias e em veraneios coletivos. Nestas atividades, suas despesas ultrapassaram

1,4 bilhão de cruzeiros, com uma receita correspondente.

*Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho* — A este Serviço, encarregado do abono às famílias numerosas, foi consignada a mesma dotação do ano anterior — 220 milhões de cruzeiros — que é insuficiente, conforme temos acentuado em outras Mensagens. O abono interessa, presentemente, a um grupo de 1 200 000 pessoas, mais ou menos, distribuídas entre famílias chefiadas por cerca de 121 000 titulares, variando de 8, que é o mínimo legal, até 23, o número dos respectivos dependentes. Todas as Unidades da Federação acham-se compreendidas em sua órbita, com maior predomínio da Zona Nordeste do País, onde assistem mais de 50% das pessoas beneficiadas.

# DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

## CAPITULO I

### EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

A medida que se vencem novas etapas na marcha do desenvolvimento econômico, mais avultam, entre nós, as tarefas educacionais, culturais e científicas.

A despeito do extraordinário avanço no campo educacional, sobretudo nestes quatro anos, ainda persistem carências que só poderão ser supridas com o esforço perseverante de sucessivas administrações.

Ver-se-á, no decurso deste Capítulo, que foram consideráveis as realizações do atual Governo, em todos os ramos do ensino. Também se verá que, avivando na consciência nacional as preocupações com a educação, tais empreendimentos por si mesmos estão a provocar outros, ainda mais amplos. Dia a dia a escola se vai tornando mais democrática. O que até há pouco se con-

se vai tornar mais democrática. O que até na pouco se aceitava, passivamente, como privilégio de alguns, passou a constituir reivindicação de grandes massas que aspiram ao acesso social e cultural.

Essa evolução decorreu, naturalmente, das modificações introduzidas no panorama geral brasileiro. Com o crescimento das cidades, o surto de industrialização e de uma economia urbana, a escola passou a ter funções definidas e insubstituíveis no aparelhamento do homem para um novo estilo de vida.

Através de toda a nossa história republicana, tem-se reconhecido a importância da escolarização universal como requisito básico para dar consistência ao regime representativo.

Desde 1934, o direito à educação se inscreve como norma constitucional. À verdade, porém, é que os esforços para assegurar, a cada brasileiro, esse direito, em parte se anulam ante várias barreiras, como o excepcional contingente de nossa popu-

148

lação em idade escolar — metade dos brasileiros tem menos de 18 anos — e a escassez de recursos financeiros e de pessoal qualificado para os misteres do ensino.

Nessas circunstâncias, vimos elevar-se continuamente o número absoluto de analfabetos, pois a população tem aumentado em ritmo muito mais intenso que o da ampliação da rede escolar. Ainda agora, sobe a vários milhões a cifra de crianças condenadas a crescer, pela falta de escolas, a massa de adultos marginalizados pelo analfabetismo.

São igualmente notórias as carências qualitativas e quantitativas no ensino de nível pós-primário. Apenas uma décima parte de nossos adolescentes logra freqüentar escolas médias e, entre 100 deles, somente 7 concluem os cursos. Mal chegam a 33 mil as vagas para ingresso em estabelecimentos de ensino superior e, ainda assim, desigualmente distribuídos pelos vários ramos. Mais de 54 mil candidatos porfiam por elas cada ano, em exames de habilitação.

Com o desenvolvimento industrial e as novas condições de vida por êle criadas, aumentaram as exigências de qualificação técnica e intelectual do homem brasileiro e, portanto, as responsabilidades do Poder Público, no campo da educação. Afortunadamente, com o progressivo enriquecimento propiciado pela industrialização, surgem os necessários recursos para expandir e aprimorar o sistema de ensino.

Já na primeira Mensagem ao Congresso Nacional, assinalávamos a gravidade do problema, lembrando que urgia passar das enunciações de princípios às normas e programas práticos, suscetíveis de imediata execução. Só quando pudermos oferecer oportunidades efetivas a cada criança, ser-nos-á lícito tornar compulsória a matrícula e proporcionar, a todo brasileiro, o mínimo de educação compatível com as exigências da era industrial em que ingressamos.

Os debates, na Câmara Federal, sobre a Lei de Diretrizes e Bases de Educação, que vem sofrendo sucessivas modificações, vieram pôr a descoberto as falhas do organismo educacional brasileiro, oriundas de um sistema que se tornou obsoleto, agravado pelo excesso de centralização administrativa.

149

Auguramos que a lei básica, em tramitação no Congresso, venha a sanar as já reconhecidas e proclamadas insuficiências do ensino, ajustando-o às necessidades atuais do País e facultando o gradativo estabelecimento de uma escada educacional tão ampla nos primeiros degraus, que permita acolher tôdas as crianças, e tão diversificada em suas direções, que ponha ao alcance dos adolescentes e adultos, de qualquer condição social, os mais variados ramos da cultura e do saber.

Assim, poderemos, em tempo previsível, conseguir a escolarização completa que virá assegurar à nossa democracia representativa uma base autêntica e, paralelamente, ampliar os quadros técnicos, científicos e intelectuais, indispensáveis ao progresso do País.

No entanto, não será eficaz aquêle instrumento legislativo, se desacompanhado de uma programação de atividades e de um plano racional, elaborado, em conjunto, por educadores e políticos, pesquisadores e administradores, tão cuidadoso e decidido quanto o que preside o da nossa expansão econômica.

A juvenildade da nossa população, revelada pelo fato de haver 4 crianças e adolescentes, em idade escolar, para 1 adulto em atividade produtiva, é, sem dúvida, o maior ônus para a escolarização universal. Em contrapartida, representa uma garantia de que, em poucos anos, será possível, através de um planejamento educacional objetivamente equacionado, transformar por completo a fisionomia cultural do País e prepará-lo a desempenhar um papel criador nos quadros da civilização industrial e técnica.

Conquanto o ensino elementar esteja sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União mera assistência supletiva, vem o Governo Federal dêle participando, nos últimos anos, com o fim de suprir deficiências locais e permitir que mais prontamente se difunda a rede nacional de escolas primárias. Sua contribuição constitui, assim, fator relevante no progresso alcançado, quer quanto ao aumento das matrículas, que de 1956 a 1959 foi da ordem de 1,5 milhão, quer quanto à ampliação da rede, que, no mesmo período, cresceu em 30%. Mantido este

150

ritmo, teremos atingido, em 1960, mais de 8 milhões de matrículas e cerca de 100 mil unidades escolares.

Fôrça é convir, entretanto, que esse incremento, expressivo em si mesmo, longe estará de atender a nossa população de 7 a 14 anos, que deverá orçar, em 1961, por 13 milhões aproximadamente. Um deficit escolar de perto de 4 milhões de alunos se anuncia e impõe medidas de emergência nos próximos anos, para dar cumprimento ao preceito constitucional da obrigatoriedade da escolarização de nível primário.

A par das deficiências de classes, temos de enfrentar outros problemas sumamente graves: a evasão às escolas, a multiplicação de turnos e a exigüidade do período escolar.

Com efeito, mesmo nos maiores centros urbanos, não mais de 15% dos alunos alcançam a 4.ª série primária, e raras vêzes atingem a 2.ª as crianças das camadas mais pobres, ou mais recentemente chegadas às cidades. Só o desenvolvimento nacional logrará corrigir tamanha evasão, determinada por motivos econômico-sociais. Mas, até que o faça, é imperativo oferecer, ao maior número possível de crianças, as condições materiais mínimas de escolarização e de eficiência do ensino. Este o papel dos serviços de assistência social escolar, que têm recebido todo o apoio do Governo Federal, apesar dos modestos recursos disponíveis.

A multiplicação de turnos, que leva os estabelecimentos a funcionar em dois, três e até quatro períodos, reduzindo-se, assim, drásticamente, o tempo, bem como a exigüidade do ano letivo, que mal alcança 150 dias de estudo, vêm acarretando sérios prejuízos ao rendimento escolar.

Isso nos permite avaliar a tarefa que o Poder Público tem de enfrentar e o empenho que se faz mister, da parte da União,

dos Estados e Municípios, para cumpri-la, com a maior presteza.

A rede escolar deve ampliar-se concomitantemente com a melhoria do nível do ensino e a eliminação de uma série de deficiências da alçada dos Estados e Municípios. Ao Governo Federal cabe apenas promover e estimular a pesquisa e a experimentação de modelos que se ajustem às condições e às necessi-

dades brasileiras, tarefas que vêm sendo realizadas pelas escolas mantidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através dos Centros de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro, da Bahia, de São Paulo e do Recife.

Grandemente expressiva tem sido a contribuição financeira federal aos Estados e Municípios no campo do ensino primário. Não havendo chegado a trezentos milhões de cruzeiros em 1955, ascendeu, em 1959, à avultada cifra de dois bilhões de cruzeiros. Assim, desde 1958, destina o Governo Federal, às despesas educacionais, os 10% da renda de impostos previstos na Constituição, dela reservando parcela ponderável ao ensino primário, aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em vários setores: ampliação do Parque escolar, aquisição de mobiliário, cursos de aperfeiçoamento do magistério, melhoria da literatura pedagógica e centros de experimentação de métodos e processos nas escolas de demonstração.

No período de 1956 a 1959, como resultado de convênios firmados, foram concluídas 1 114 escolas primárias, com um total de 2 635 salas. Se considerarmos que cada uma das salas de aula construídas pode acolher 80 alunos em 2 turnos, verificaremos que o plano desenvolvido pelo Governo possibilitou, até fins de 1959, o acréscimo de quase 210 mil vagas em escolas primárias. Avalia-se a importância de tal acréscimo pelo cotejo com o incremento da matrícula nesse período e pela qualidade das instalações.

Cursos, estágios e seminários para professores, administradores e técnicos foram proporcionados pelo Governo Federal. No período de 1956 a 1959, deles se beneficiaram 4 639 profissionais, responsáveis pela orientação técnica, administração do ensino, formação e aperfeiçoamento de professores primários.

Com os recursos previstos no Programa de Metas, busca-se permitir a escolarização das crianças, de sete a onze anos, em classes primárias elementares comuns e, nas cidades, as de doze a quatorze, em classes complementares, equivalentes aos dois pri-

meiros anos do ensino médio. Intenta-se, outrossim, assegurar melhor rendimento à escola primária, que deverá funcionar, no máximo, com dois turnos diários, de quatro horas cada um, orde-

152

nadas as matrículas pela idade do aluno e estabelecidos critérios flexíveis de promoção.

Até pouco tempo, não procurava o Estado atender às necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País. Agora, entretanto, lançam-se as bases de um método adaptado a essas exigências. A partir de 1957, instalaram-se 40 centros de educação complementar, construíram-se e puseram-se em funcionamento 122 pavilhões de oficinas de artes industriais, destinados à segunda sessão (trabalhos) do curso complementar.

Espera-se criar, assim, condições para elevar o nível dos conhecimentos na esfera da produção e intensificar o ritmo do nosso progresso econômico. Experiências-piloto, a fim de fixar os meios mais adequados à execução desse programa e permitir a avaliação do seu custo, estão sendo feitas em duas regiões do País.

A aplicação geral do sistema ficará, todavia, na dependência de amplos recursos técnicos e financeiros, devendo estes últimos ser assegurados sob a forma de garantias federais para empréstimos a longo prazo, aos Estados e Municípios.

Como exemplos de cooperação do Governo Federal com os Estados, assinalem-se os convênios para o funcionamento das classes primárias complementares e, no campo das edificações escolares, os acordos firmados com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Assim, mediante tais instrumentos, assegurou-se garantia federal para empréstimos obtidos pelos Estados, com o objetivo de ampliar prontamente a rede de escolas primárias. Além disso, auxílios diretos para escolas normais estaduais já possibilitaram a construção de 466 salas de aula.

Por tudo quanto foi dito, ver-se-á que o Governo Federal, em matéria de ensino primário, tem em mira especialmente conjugar os esforços públicos, em suas várias esferas, para que se atinja o ideal de uma escola primária pública, gratuita, obrigatória e universal, onde se processe, de modo ativo, o amálgama da nacionalidade, e, no limiar da vida, possa o brasileiro preparar-se para as tarefas do desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo habilitar-se para o exercício da cidadania.

### Erradicação do Analfabetismo

De 1900 a 1950, a população de 15 anos, e mais, subiu de 9 para 30 milhões de indivíduos, passando a cota de alfabetizados de 35 para 49% ou, em números absolutos, de 3,3 milhões, no começo do século, para 14,9 milhões nos dias de hoje. Assim, em sessenta anos, enquanto essa população se multiplicou por 3, o número de indivíduos alfabetizados tornou-se quase cinco vezes maior, o que dá idéia do esforço que tem feito o País para extinguir o analfabetismo.

Computado o crescimento demográfico, tais números significam haveremos levado meio século para, da proporção de 2 analfabetos por alfabetizado, na população de 15 anos, e mais, chegar à de um analfabeto por um alfabetizado. Isso ocorreu em face de acentuado pauperismo. As animadoras perspectivas que se abrem à economia brasileira permitem encarar, com crescente otimismo, o encargo de em breve tempo estender a todos os brasileiros as oportunidades educacionais que a Constituição lhes manda assegurar.

A alta proporção de 51% de analfabetos na população de 15 anos, e mais, registrada pelo censo de 1950 e representada, em números absolutos, pelo contingente de 15 milhões, mostra quanto é grave a responsabilidade dos dirigentes e dos grupos mais esclarecidos do País.

De sua parte, o Governo Federal está atento ao dever de extirpar esse mal de tão sérias conseqüências. Devota-se a essa tarefa a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que leva, a todos os pontos do País, assistência direta, através do custeio de cursos de alfabetização, e indireta, pela distribuição de material didático adaptado às peculiaridades regionais.

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, instituída no Programa de Metas, está atuando em várias regiões do País, através de 10 Centros-Piloto, a fim de apurar os métodos e técnicas, de que há mister, para estabelecer uma ação de grande convergadura em tal setor. Em cada um desses Centros, associa-se, à tarefa didática, a observação sistemática dos efeitos do trabalho desempenhado, acumulando subsídios que permitam uma política, em matéria de educação elementar, que leve em conta as necessidades, recursos e limitações regionais.

Em 1958 e 1959, foram instalados os Centros-Pilôto de Leopoldina (MG), Catalão (GO), Timbaúba (PE), Santarém (PA), Benjamim Constant (AM), Picuí (PB) e Júlio de Castilhos (RS), além de se haverem iniciado levantamentos preliminares noutros pontos do País. Em 1960, a Campanha, com feição mais executiva que experimental, se estenderá a 40 Municípios.

Os trabalhos de cada Centro-Pilôto compreendem: melhoria das instalações, provimento de mobiliário e material didático; escolarização, na faixa de idade correspondente ao ciclo primário de estudos, com reformas que proporcionem maior rendimento da rede escolar; aperfeiçoamento do professorado diplomado e do leigo; escolarização de emergência de adolescentes e adultos analfabetos; educação de base, através de missões culturais, programas radiofônicos e outros meios. Já dispõe a Campanha de apreciável acervo de experiências, que se há de enriquecer com a extensão do programa a novas unidades, melhor se patenteando as diferenças de condições econômicas e culturais do País, nas pequenas cidades e na zona rural.

As experiências educacionais da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo foram precedidas e acompanhadas de levantamentos cuidadosos das condições sócio-econômicas e culturais da população rural e urbana de cinco Municípios distribuídos pelas principais regiões do País. Este programa de pesquisas, levado a efeito com a colaboração do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, dará lugar à publicação de uma série de monografias e de um estudo de síntese dos modos da vida da cidade e do campo nos Municípios do interior, e sobre o papel que a educação escolar representa nas mudanças sociais e culturais que estão experimentando.

### Ensino Médio

Decorrência do surto industrial e tecnológico do País é a demanda da escola de segundo grau, sob a forma de incoercível pressão social. Essa procura intensiva se exprime, no período de 1956 a 1959, através da elevação das matrículas, de 867 131 para 1 076 201 alunos, importando num crescimento de 24% — distribuído desde o ensino secundário, que representa 74% do total de alunos, ao agrícola, com apenas 1/2%.

Em igual período, subiram as unidades escolares de 5 564 para 6 330, e o corpo docente, de 65 819 para 77 455.

Uma análise pormenorizada da matrícula no ensino de nível médio demonstra que ela evoluiu, em números absolutos, de 1956 até 1959, de 647 911, para 794 690, no ensino secundário; de 130 314, para 171 994, no comercial; de 65 096, para 81 526, do ensino normal; de 19 825, para 22 312, no industrial, e de 3 985, para 5 679, no agrícola.

A importância desses números diminui, todavia, se considerarmos que apenas pouco mais de 10% da nossa juventude tem acesso às classes de ensino médio; que orça pelo milhar o número de Municípios sem estabelecimentos do mesmo nível; que não chega a 10% o número de alunos que concluem o curso; finalmente, que, devido ao cunho teórico da nossa escola secundária, a maioria dos alunos a abandona, encaminhando-se, quase inteiramente despreparada, para a vida prática.

Pouco mais de 2,5% da matrícula do ensino médio corresponde a estabelecimentos industriais e agrícolas. A grande concentração incide, como vimos, no secundário, comercial e normal.

Nada faz acreditar que essa tendência se modifique nos próximos anos. É, pois, imperioso que se tire à escola secundária o caráter de exclusivo intelectualismo e se lhe confira diversificação e flexibilidade de currículos, que atendam à heterogeneidade de interesses de sua população discente.

Ponderável é a contribuição do Governo Federal para o ensino médio, seja em cursos profissionais, mantidos quase exclusivamente pelo Poder Público, uma vez que não atraem os investimentos privados, seja na preparação do magistério pelas Faculdades de Filosofia, em que funcionam ginásios de aplicação, seja no constante aumento de lugares no Colégio Pedro II.

A este colégio-padrão dispensou o Governo todo apoio, não apenas permitindo-lhe a ampliação de suas instalações, quer no Externato, quer no Internato, mas ainda o estabelecimento de novas sucursais e, conseqüentemente, maior capacidade de matrículas que, em 1959, ascenderam a 7 200 alunos. O projeto de lei concedendo-lhe autonomia administrativa, didática e financeira, em tramitação no Congresso, virá ensejar a essa tradicional casa de ensino que

O incentivo à expansão da rede escolar de ensino médio no Brasil, nestes quatro anos, revela-se, ainda, através da dotação orçamentária que, de 200 milhões de cruzeiros em 1955, subiu a mais de 1,5 bilhão no último exercício. Com recursos tão vultosos, foi possível destinar a entidades particulares e oficiais, para obras e equipamentos, cerca de 1,2 bilhão; a estudantes carentes de recursos, selecionados por capacidade intelectual, 330 milhões sob a forma de bolsas; e às escolas, 125 milhões, como suplementação de salários e auxílios diretos.

Debatendo-se entre reivindicações salariais do professorado e dificuldades para majorar as taxas escolares, os estabelecimentos privados apelam com frequência para o Governo. Em 1959, medidas de emergência tiveram de ser tomadas pela Administração, a esse respeito, em face de greves estudantis, havendo-se sobrecarregado o Fundo Nacional do Ensino Médio com 20 a 25% do aumento das anuidades autorizadas, o que importou na despesa de 300 milhões de cruzeiros.

Alunos, em número aproximadamente de 250 000, carecem de auxílio do Governo, e a boa parte deles se têm concedido bolsas. Esta subvenção terá de continuar até que se possa expandir a rede de escolas públicas secundárias, mediante esforços conjugados do Poder Federal, Estadual e Municipal.

Iniciativa das mais relevantes foi o funcionamento, em 1959, de 27 classes secundárias experimentais, sob a orientação da Diretoria do Ensino Secundário, com o fito de ensaiar novos tipos de organização escolar.

Entre as realizações eficazes dessa Diretoria, em 1959, destacam-se a criação, no Rio e em São Paulo, de dois Centros de Aperfeiçoamento das Técnicas de Ensino das Ciências Experimentais e o auxílio a 20 Faculdades de Filosofia para cursos de Orientação Educacional.

No que diz respeito ao ensino industrial, a nova Lei que o regula veio abrir-lhe amplas perspectivas, mediante autonomia das escolas e flexibilidade dos currículos.

Desenvolveu o Governo, neste quadriênio, um largo programa de reforma e construção de unidades escolares, melhoria de equipamento e dos serviços em geral, ao mesmo tempo que cooperava com os governos estaduais e municipais e com particulares para incrementar o ensino artesanal.

As despesas com a reforma das escolas da rede federal subi-

ram de 11 milhões de cruzeiros, em 1956, a 90 milhões, em 1959, enquanto as de construção e equipamento alcançavam, nesse ano, perto de 137 milhões. Com auxílios financeiros para o ensino artesanal, despenderam-se 45 milhões de cruzeiros, em 1959, contra 5,2 milhões em 1956. Acentue-se que os recursos orçamentários globais aplicados no ensino industrial ascenderam de 143 milhões, em 1955, a perto de 1,1 bilhão, em 1959.

Entre os estabelecimentos que estão sendo construídos, destacam-se a Escola Técnica de São Bernardo do Campo, no centro industrial de São Paulo, a de São José dos Campos, no mesmo Estado, a de Nova Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a de Santa Rita de Sapucaí, em Minas Gerais — destinada a ministrar curso técnico de eletrônica — e a Escola Industrial de Brasília. Iniciativa de grande alcance foi a instalação, em Curitiba, do Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores, com o objetivo de aperfeiçoar métodos, atualizar conhecimentos técnicos e preparar material didático.

Relativamente ao ensino comercial, porque proporciona um tipo de preparo reclamado pela nossa estrutura social, vem-se registrando segura expansão em seus quadros, apenas superada pela do ensino secundário. Em 1959, registraram-se 100 mil matrículas no curso comercial básico, e 75 mil, nos cursos técnicos de comércio.

A participação do Estado nesse ramo de ensino manifestou-se essencialmente no perseverante esforço para lhe dar eficiência. Esse é o sentido dos cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial em grandes centros culturais do País, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Pôrto Alegre.

O ensino agrícola de nível médio, não obstante sua extraordinária importância econômica e social, constituiu, até agora, o ramo menos procurado pela juventude brasileira. O programa federal permitirá, através de um investimento superior a dois bilhões de

158

cruzeiros, aumentar as oportunidades educativas nesse campo, elevando de 6 000 para 30 000 as matrículas.

Através da Campanha de Assistência ao Estudante (CASES), criada pelo atual Governo, distribuíram-se bolsas a cerca de sete mil estudantes de nível médio. Somadas às de outros ramos, perfizeram 38 000, em 1959. O mesmo órgão instalou e mantém ampla rede de restaurantes estudantis, em todo Território.

### Ensino Superior

Ao ensino superior tem-se encaminhado habitualmente mais da

metage das dotações federais destinadas à Educação. Por suas despesas de custeio respondem os cofres públicos com mais de 70%.

Nos últimos quatro anos, esses gastos foram reduzidos percentualmente, para que se provessessem melhor o ensino elementar e o médio, necessitados de assistência mais ampla, da parte da União. Apesar da queda percentual, as dotações orçamentárias para o ensino superior ascenderam de 1,6 para 6,2 bilhões de cruzeiros — de 1955 para 1959 — o que representa aumento apreciável, mesmo considerada a elevação do índice geral de preços no mesmo período.

Tais cifras exprimem o persistente empenho desenvolvido pelo Governo para suprir, no País, a carência de técnicos de nível superior. Grande foi, efetivamente, a tarefa realizada: cresceu, de 14 para 22, o número de universidades, tendo sido federalizada a do Pará, e elevou-se, de 267 para 339, o dos estabelecimentos, com acréscimo de aproximadamente 20 mil alunos nesse ramo de ensino. Na realidade, a ampliação foi ainda mais substancial do que indicam esses números, uma vez que, tendo o aumento de vagas ocorrido principalmente nas séries iniciais, com o tempo se tornará maior ainda a matrícula global.

Todavia, a expansão das oportunidades educacionais de nível superior vem sendo prejudicada pelo modo como se distribui entre os vários ramos: o maior aumento de matrículas ocorreu no ensino jurídico e no das Faculdades de Filosofia e de Economia. Dos 72 novos estabelecimentos de ensino superior, criados nos últimos 4 anos, 19 se destinam ao estudo do Direito, 12 ao da Filosofia e 8 ao da Economia, havendo os três ramos, em 1959, absorvido 57,8% das matrículas, ou seja, 51 799 alunos, sobre o total de 89 586.

159

No ensino da medicina, beneficiado com a criação de 3 novas escolas nos últimos 4 anos, as matrículas ascenderam, de 8 281 alunos em 1934, para apenas 10 364, em 1959. Em alguns casos registrou-se regressão, pois estabelecimentos tradicionais, que há duas décadas formavam várias centenas de médicos anualmente, valendo-se da autonomia didática de que gozam, reduziram à metade e, mesmo, a uma quarta parte, as matrículas nas séries iniciais. Sucede que isto se verificou precisamente nas escolas mais bem equipadas. Estamos, assim, em presença de critérios não conizentes com as necessidades de uma população que aumenta sensivelmente e que, ascendendo no campo econômico e social, apela cada vez mais para os recursos da medicina científica.

Em boa parte por causa dessa orientação, o número de diplomados em Medicina subiu apenas 58,7%, entre 1934 e 1958. quan-

do, no mesmo período, o número de escolas cresceu de 11 para 25, os formados em Engenharia em mais de 400% e em Filosofia e Ciências Econômicas, em mais de 600%.

Anualmente, mais de uma dezena de milhar de jovens acorrem aos vestibulares sem possibilidade de ingresso nas escolas de Medicina, não porque estejam despreparados ou haja conveniência na limitação do número de médicos, mas, tão-sòmente, por serem escassas as vagas que, em 1959, alcançavam apenas 1 622.

No ramo de Engenharia, de 1955 a 1959, criaram-se 5 novos estabelecimentos e renovaram-se alguns dos antigos, graças aos recursos proporcionados pelo Governo Federal, para aumento de matrículas e diversificação das modalidades de preparo tecnológico que oferecem. Esse esforço governamental vem sendo magnificamente correspondido pela juventude: de 1954 a 1958, ascendeu de 15,6% para 19,3% a proporção de candidatos aos cursos de engenharia. Nestes, as matrículas cresceram de 7 851 para 10 785, no período 1955-1959, e o número de vagas chegou aproximadamente a 3 000.

Essa análise da situação do ensino superior revela a conveniência de estabelecer prioridade na aplicação dos recursos públicos a êsse fim destinados. Cumpre, sobretudo, orientar-lhe a expansão, de modo a incrementar as matrículas nos ramos em que o desenvolvimento nacional requer maior número de especialistas. Tam-

160

bém se torna indispensável diversificar as modalidades de formação oferecidas e aprimorar os métodos didáticos, para que não ocorra quebra dos padrões de ensino. Dirigir preferencialmente as vistas para tal objetivo não implica reprimir ou desamparar outros ramos do ensino superior. O que se impõe é uma distribuição mais criteriosa dos recursos públicos, tendo em vista suprir rapidamente carências que representam riscos de estrangulamento no processo de tecnificação da nossa economia.

Amplia-se, rapidamente, a rede nacional de universidades, hoje em número de 22, sendo 8 federais, 4 estaduais, 7 particulares, às quais se somam três universidades rurais, duas delas mantidas pela União.

Em 1959, nas 8 universidades federais achavam-se matriculados 27 905 alunos, distribuídos em 316 cursos, ou seja, 33% da matrícula global do ensino superior. Somadas estas cifras às das Universidades estaduais, elevam-se, em número absoluto, a 42 102 alunos, ou seja, 48% da matrícula total nesse ramo de ensino.

As universidades particulares que recebem considerável am-

As universidades particulares, que recebem pagamentos em favor dos Podêres Públicos através de subvenções, acolhem já 11 882 alunos, em 123 cursos que equivalem a 13,5% do total das matrículas no ensino superior.

As três universidades rurais oferecem 7 cursos, cuja matrícula, de 949 alunos, é desproporcionada às necessidades nacionais de especialistas no gênero.

A rede de estabelecimentos isolados de ensino superior, compreendidas as escolas federais, estaduais e particulares, em 1959, mantinha 459 cursos, freqüentados por 32 670 alunos, ou seja, 37% do total das matrículas do ensino superior. Tais números revelam a tendência das nossas escolas superiores para se aglutinarem em universidades.

Tal é o sistema de ensino superior de que se dispõe para atender às necessidades de formação de quadros especializados em todos os campos do saber. Em 1960, teremos cêrca de 100 000 alunos matriculados, computadas as 33 000 vagas nas séries iniciais. Representa isto considerável esforço, mas a situação está longe de ser satisfatória, pois apenas logram ingressar no ensino superior 15% dos nossos jovens que concluem os cursos médios. Se consi-

derarmos a totalidade dos que atingiram 18 anos, idade normal para início dos estudos superiores, ver-se-á que sômente 2,5% terão oportunidades de freqüentar escolas dêsse grau — o que não é auspicioso para um País que, em franco ciclo industrial, precisa de um vasto corpo de técnicos e cientistas.

Para custear o ensino superior, contribuiu a União, em 1959, com 6,9 bilhões de cruzeiros, sendo 2,5 para manutenção da rede federal de escolas e 4,4 bilhões em subvenções. Dividindo-se aquêle montante pela matrícula global, ter-se-á a cifra de 80 mil cruzeiros, o *quantum* de dispêndio anual do País por estudante de nível superior, sem incluir não pequenos gastos administrativos, culturais e assistenciais.

Por tudo quanto foi dito, depreende-se não só que é elevado o custo do ensino superior, mas também que êsse tipo de educação constitui, ainda, entre nós, privilégio de poucos. Justo seria, pois, que a êle se encaminhassem, preferentemente, os melhores talentos, os mais capazes de aproveitar tão parcas e onerosas oportunidades.

O atual Governo pôde levar a efeito, até agora, empreendimentos de vulto, destinados a elevar o nível técnico, científico e cultural das universidades, bem como dotá-las de melhores condi-

condições das universidades, bem como aquelas de melhores condições de trabalho.

Na Universidade do Brasil, prosseguiram as obras de construção da Cidade Universitária, achando-se completado o Instituto de Puericultura, e, em conclusão, os prédios destinados à Faculdade de Arquitetura, à Escola de Engenharia e à Casa do Estudante. Nessas edificações deverão instalar-se, em 1960, provisoriamente, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Escola Nacional de Engenharia, os Institutos de Ciências Sociais e de Química e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Obras várias beneficiaram o Instituto de Neurologia, o Instituto de Nutrição, as clínicas da Faculdade de Medicina na Santa Casa e no Hospital São Francisco de Assis, a Faculdade Nacional de Farmácia, a Escola Nacional de Química, a Faculdade Nacional de Arquitetura, o Parque Metalúrgico da Escola de Minas de Ouro Preto, a Escola Nacional de Educação Física, o Palácio Universitário e a Faculdade Nacional de Odontologia.

162

Na da Bahia, ultimou-se a construção da Escola de Farmácia, da Escola Politécnica e da Faculdade de Odontologia. Foi também organizado o Museu de Arte Sacra.

Na do Paraná, registre-se a conclusão do conjunto arquitetônico que abrange a Reitoria, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Faculdade de Filosofia e o grande Hospital de Clínicas; também o do Centro Politécnico, além do aparelhamento da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Engenharia.

Na do Recife, continuou-se a construção da Cidade Universitária, tendo sido concluídos os prédios da Faculdade de Filosofia, do Instituto de Antibióticos, do Biotério Geral da Faculdade de Medicina e de um pavilhão da Escola de Química. Caminham para o seu término o Hospital Universitário, a Faculdade de Filosofia, o Restaurante Universitário e a Escola de Engenharia. Finalmente, entre 1956 e 1959, criaram-se diversos novos institutos, tais como o de Geologia, Química, Micologia, Cardiologia, Fisiologia, Nutrição e Puericultura.

A de Minas Gerais iniciou os edifícios das Faculdades de Odontologia, Filosofia, Enfermagem e Reitoria; ampliou os do Hospital das Clínicas e das Faculdades de Arquitetura e Medicina; concluiu os da Faculdade de Ciências Econômicas, de Engenharia, de Direito, do Hospital São Geraldo e do Hospital Carlos Chagas.

A do Ceará viu ultimados, nos últimos anos, um edifício para a Faculdade de Direito, a Concha Acústica e o Auditório ao ar

livre, o edifício-sede do Instituto de Tecnologia Rural, o *Gymnasium* universitário e os pavilhões de Eletrotécnica e de Óleos da Escola de Engenharia. Iniciou-se a reforma dos prédios da Reitoria, da Faculdade de Farmácia e de Odontologia e do Hospital das Clínicas. A melhoria das condições materiais dessa Universidade, depois de sua criação, permitiu que a matrícula geral nos cursos regulares crescesse 59,8% no período de 1956 a 1959, atingindo, no último ano, 1 854 alunos.

Na do Rio Grande do Sul, construíram-se o Hospital das Clínicas, a Casa do Estudante, o Instituto de Pesquisas Hidráulicas, e o Instituto de Ciências Naturais, em Pôrto Alegre; a Faculdade de Odontologia, em Pelotas; e a de Farmácia e Medicina, em Santa Maria. Realizaram-se, além disso, melhoramentos nos edi-

fícios da Reitoria, das Faculdades de Medicina, Filosofia, Arquitetura e Ciências Econômicas e nas Escolas de Odontologia, Agronomia e Veterinária, bem como se equiparam o pavilhão do Instituto de Tecnologia, o de Química e a estação radiodifusora.

A par desses investimentos, com vistas a melhor aparelhar as Universidades, intenso trabalho se desenvolveu em aperfeiçoar o pessoal docente, aprimorar métodos de ensino e ampliar as modalidades de especialização, através de medidas com que a Administração Federal despendeu, nos dois últimos anos, importância superior a um bilhão de cruzeiros.

### Ensino Militar

É da maior relevância a contribuição das Forças Armadas para o ensino. Além de manter uma rede de estabelecimentos que preparam todos os tipos de especialistas militares, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica prestam serviços educacionais que vão desde a alfabetização de recrutas e a formação de grande número de especialistas de nível primário e médio, até a graduação de tecnólogos altamente qualificados.

Os Colégios Militares e Escolas Preparatórias do Exército, da Marinha e da Aeronáutica são freqüentados por milhares de jovens procedentes de todas as classes sociais, muitos dos quais, ao fim dos cursos, se encaminham para carreiras civis. Os cursos de formação de especialistas oferecem uma extraordinária gama de tipos de adestramento, contribuindo ponderavelmente para o preparo de técnicos que se tornam aptos a servir nos mais diversos setores da produção. Finalmente, as escolas de pós-graduação militares integram-se, hoje, em todas as atividades econômicas, propiciando

uma tomada de consciência das necessidades impostas pela segurança nacional e pelo desenvolvimento do País.

### **Pesquisas Educacionais**

Uma das principais contribuições do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos ao ensino foi a organização de uma rede de Centro de Pesquisas, já em funcionamento no Distrito Federal e em São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tais Centros têm cooperado ativamente para erradicar pro-

164

cessos rotineiros e práticas obsoletas, participando de iniciativas de reforma empreendidas no País, nos vários níveis de ensino e no preparo de projetos de lei que, de qualquer modo, interessem à educação.

Dentre as atividades do Centro de Pesquisas de São Paulo, destaca-se o Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, ministrado sob os auspícios da U.N.E.S.C.O., em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores. O Centro do Rio de Janeiro desenvolve, presentemente, com o concurso de ilustres especialistas patricios, pesquisas sôbre os processos de urbanização e industrialização do Brasil e seus reflexos na escola. Estuda, igualmente, o funcionamento das classes secundárias experimentais, planeja a campanha de educandários gratuitos e promove a divulgação dos resultados de experimentações educacionais, através de guias de ensino e manuais para professores. Por sua vez, o da Bahia mantém escolas-padrão, especialmente adaptadas aos centros urbanos, e que renovam o ensino primário no País, por meio do treinamento de professores de quase todos os Estados. Aos Centros Regionais do Recife, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul tem cabido, por igual, a tarefa de aperfeiçoar o magistério e estudar as condições sócio-culturais do ensino nas respectivas regiões.

### **Ciência e Tecnologia**

Sensível aos estímulos do momento histórico que vivemos, o Governo pôs em prática, nos vários setores da Administração, providências indispensáveis para que o Brasil deixe de ser mero espectador dos feitos científicos de nossa época e venha incorporar-se a seus realizadores.

Assim, vem assegurando apoio eficiente não só às pesquisas científicas, mas também às tecnológicas e às que, de um modo

geral, interessem à nossa economia.

O homem de ciência, o técnico, o pesquisador constituem o capital mais precioso para equacionar os problemas nacionais. Por isso mesmo, formá-los e assegurar-lhes condições satisfatórias de trabalho tem sido o objetivo precípua da ação governamental

para integrar nosso País na linha mais avançada do desenvolvimento científico.

As medidas tomadas, através da COSUPI, da CAPES e do Conselho Nacional de Pesquisas, nos permitirão dispor, em breve, do corpo de cientistas e tecnólogos que o progresso nacional requer.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS — Conduzindo uma decisiva política de apoio à ciência fundamental e à direção do aperfeiçoamento tecnológico, o C.N.P.<sup>1</sup>, tem possibilitado, aos pesquisadores brasileiros, a conquista de posições de relêvo no ambiente internacional, onde seu esforço e eficiência são reconhecidos em reuniões de homens de saber da mais alta categoria.

Começa o Brasil, por outro lado, a despertar o interesse de outras nações, como um centro florescente da Ciência e da Técnica. O aumento do intercâmbio nesse terreno e o afluxo crescente de estudiosos latino-americanos, aos centros brasileiros, testemunham o aprêço que já merecemos.

No exercício de 1959, estruturou o C.N.P.<sup>1</sup>, um programa de trabalho, para progressivamente dar cobertura às nossas necessidades mais agudas no campo da ciência. O progresso do parque metalúrgico nacional impôs se considerassem alguns problemas ligados à produção de metais não-ferrosos. Procura-se, por isso, formar técnicos altamente qualificados, especialmente no que toca à metalurgia física dos sólidos. Também se contribuiu para desenvolver a indústria química de base, através de apoio a centros universitários e a institutos independentes.

Está em plena execução o programa relativo à zootecnia e suas implicações, para isso havendo-se mobilizado especialistas de tôdas as regiões do País, que, em encontros periódicos, permutaram informações sobre os diferentes setores de trabalho. Convocou o C.N.P.<sup>1</sup>, os físicos ligados a diferentes institutos universitários para um encontro em que se discutiram diretrizes e resultados colhidos e se planejaram as atividades para 1960. No último exercício, chegou a 44 o número de bolsistas que o Conselho manteve no estrangeiro, e a 460, em nosso País. Foram concedidos, ainda, 310 auxílios para aquisição de aparelhagem e equipamentos, vinda

de especialistas e a realização de cursos e seminários, bem como estabelecidos programas de formação de quadros técnicos-científicos e

166

de pesquisas de interesse bilateral. Os contatos com a *National Science Foundation*, com o *Centre National de la Recherche Scientifique* e com o *Consiglio Nazionale delle Ricerche*, deixam entrever um progressivo intercâmbio de pessoal e a possibilidade de pesquisas conjuntas, por brasileiros, norte-americanos, franceses e italianos. Ainda no terreno internacional, deverão desenvolver-se em 1960, com assistência da F.A.O., na Argentina, no Brasil e no Uruguai, pesquisas em comum, para racionalização de processos relativos à pesca.

**COSUPI** — A Comissão Supervisora do Plano dos Institutos, criada no Programa de Metas do Governo, devota-se a reestruturar as escolas de tecnologia e a renovar os seus métodos de ensino e de pesquisa, através de institutos que, em cada Universidade, concentram misteres afins, antes exercidos em cátedras diferentes nas várias escolas. Aplicando num só órgão recursos financeiros, técnicos e pedagógicos antes dispersos, a COSUPI os faz utilizar de modo mais econômico e eficaz, com vista à formação tecnológica mais diversificada e melhor articulada com as atividades produtivas da região.

Despendeu a COSUPI, no biênio 1958/59, mais de 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração a professores e técnicos de alto nível, pesquisadores, bolsistas e estagiários de tempo integral. Puderam, assim, instalar-se e funcionar os seguintes institutos: de Eletrônica e de Mecânica, em Belo Horizonte; de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; de Matemática e de Física, no Rio Grande do Sul; de Mecânica e de Mecânica Agrícola, em Curitiba; de Genética, em Piracicaba; de Economia Rural, no Estado do Rio; de Química e de Ciências Sociais, no Distrito Federal; de Química, em Salvador; de Geologia, em Recife; e de Tecnologia Rural, em Fortaleza. É desnecessário encarecer a extraordinária importância desses institutos para o progresso científico e técnico do Brasil.

Além disso, 31 escolas superiores de Engenharia, Agronomia, Economia e Administração, mantidas pelos Poderes Públicos ou dependentes de entidades particulares, foram beneficiadas, mediante convênios com o mesmo órgão, para aplicações que somam 110 milhões de cruzeiros, em obras, equipamentos, pessoal e outros fins enquadrados no plano de reforma do ensino técnico de nível

superior. Os trabalhos da COSUPI, em 1960, abrangerão, extensiva e intensivamente, os setores de eletrotécnica, mecânica, química, física, geologia, mineração, metalurgia, genética, economia, agronomia, em Escolas de Engenharia, de Administração Pública e de Empresas e de Medicina, além de Escolas de Agronomia e instituições tecnológicas, colocadas sob jurisdição de diversos Ministérios.

CAPES — A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a que compete especificamente estimular e melhorar as condições de ensino e pesquisa nas instituições universitárias e científicas, promover levantamentos e estudos sobre ensino superior, planejou e executou, no atual Governo, 1 205 projetos de trabalho. Foram contratados 71 professores estrangeiros e 35 nacionais, para programas especiais de ensino e investigação em nossas universidades. Cooperou, em 20 centros nacionais, no aperfeiçoamento do pessoal pós-graduado, em que estagiaram 813 bolsistas provenientes de todos os Estados da Federação, entre os quais se contavam 229 professores ou assistentes de escolas superiores. Concedeu, ainda, 579 bolsas e auxílios para estudos no estrangeiro, nelas se incluindo 240 para docentes universitários. Propiciou a realização de 83 cursos de pós-graduados e 15 reuniões para estudos de assuntos científicos ou educacionais, favoreceu o intercâmbio universitário no País e publicou 25 monografias sobre problemas de educação.

Ainda através da CAPES procurou o Governo proporcionar apoio material a nossos estudantes fora do País. Assim, inaugurou-se a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, plano antigo, só concretizado na atual administração. Essa Casa está capacitada a receber mais de uma centena de estudantes. Outra será edificada em Madri, em terreno doado pelo Governo espanhol.

I.T.A. — Ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, justamente considerado escola-padrão, não faltou apoio para que continuasse prestando seus valiosos serviços ao País. Em 1959, pôde aquele estabelecimento elevar a 100 o número de vagas para admissão aos cursos. Conta presentemente 375 estudantes de engenharia, 68 dos quais se formaram nas especialidades de Construção Aeronáutica, Operação Aeronáutica e Eletrônica. Entrou em vigor, no mesmo

exercício, em conformidade com o Ponto IV, o acôrdo para que professores norte-americanos prestassem serviços ao Instituto, e professores brasileiros estagiassem nos Estados Unidos. O acôrdo inclui, ainda, a entrega de equipamento ao laboratório do I.T.A., durante quatro anos. Com a cooperação do Conselho Nacional de Pesquisas, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e de outras entidades, promoveu aquêle estabelecimento seminários, conferências e estágios de professores e de cientistas estrangeiros.

COMISSÃO DE ENERGIA NUCLEAR — Não é de solução rápida o problema de pessoal capacitado para desenvolver, no País, a aplicação da energia nuclear. Para resolvê-lo, cumpre instituir cursos, distribuir bôlsas-de-estudo, fundar institutos e centros de treinamento e de pesquisas, proceder ao intercâmbio com outros países, promover estágios de especialistas patricios no exterior. Impõe-se também incentivar, nas Universidades nacionais, os estudos básicos a êsse fim destinados, bem como garantir o aproveitamento dos técnicos e cientistas, em condições adequadas.

Muito contribuiu, nesse campo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, através de bôlsas-de-estudo no País e no exterior, bem como auxílios a cursos de engenharia e de metodologia de radioisótopos, para pesquisas científicas — inclusive as do Laboratório de raios cósmicos de Chalcataya, na Bolívia — e para instalação e aparelhamento de instituições nacionais. Com isto, despendeu cêrca de 100 milhões de cruzeiros, em 1959, contra 31 milhões em 1958 e 1,5 milhão em 1957.

PETROBRÁS — Ministrou também essa emprêsa, em 1959, cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado, auxiliou técnica e financeiramente os cursos para geólogos, mantidos pelo Ministério da Educação e Cultura, e concedeu bôlsas a alunos que estudaram, em universidades estrangeiras assuntos relacionados com a indústria do petróleo.

### Atividades Culturais

Muito se devotou o Govêrno, neste quadriênio, ao desenvolvimento cultural do País, através de instituições destinadas a promover e amparar as atividades criadoras, não apenas de natureza científica, mas ainda artística, educativa, literária. Conjugaram-se

para tanto, numa cooperação realmente ampla e proveitosa, todos os recursos disponíveis.

*Produção do livro* — Do movimento editorial que, nestes últimos quatro anos, assumiu proporções consideráveis, participou, de modo expressivo, o Poder Público, direta ou indiretamente, sob a forma de prêmios, bôlsas e outros estímulos. Diferentes órgãos da Administração desenvolveram atividades nesse setor, como em seguida se verá.

O Instituto Nacional do Livro fez editar 72 obras, criou a *Revista do Livro* e elevou a oito o número de prêmios literários concedidos para os diversos gêneros. A cargo do mesmo Instituto ficou a publicação das obras completas de Machado de Assis, tendo em vista difundir-lhe os livros, como homenagem ao grande escritor, ao ensejo do cinquentenário de sua morte.

A par da cooperação prestada a diversas repartições oficiais e entidades particulares, o Serviço de Documentação do M.E.C. desenvolveu largo plano de publicações que, só em 1959, ascenderam a 130 mil exemplares. Deverão atingir este ano cerca de 228 títulos os livros que prepara no Departamento de Imprensa Nacional. Outro órgão — a Casa de Rui Barbosa — de 1956 a 1959 distribuiu, no Brasil e no exterior, cerca de 30 500 volumes, não apenas de obras do ilustre brasileiro, ou a ele referentes, mas ainda de caráter filológico, lingüístico, jurídico, bibliográfico e literário.

Construir-se-á, ainda no ano em curso, um pavilhão anexo à Casa de Rui Barbosa, para os serviços dêsse estabelecimento, em terreno já desapropriado.

No Serviço Nacional do Teatro intensificou-se a publicação de peças nacionais e estrangeiras, livros técnicos e didáticos.

Além das publicações normais, deu-se início, em 1959, na Biblioteca Nacional, a uma nova coleção — *Decimália* — destinada a ser um espelho do Brasil atual. Para 1960, ao ensejo do sesquicentenário de fundação e cinquentenário do seu edifício, tem a Biblioteca Nacional largo plano editorial.

Sem descuidar dos cursos destinados a formar profissionais, o Departamento de Imprensa Nacional se desvelou em atender

a todos os pedidos de publicação das repartições oficiais, dentro da técnica que o situa entre as mais adiantadas do gênero.

O Instituto Joaquim Nabuco, no Recife, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, além dos cursos e das pesquisas sobre os

... e as pesquisas sobre os nossos problemas fundamentais, incrementaram a publicação de obras de interesse geral.

*Bibliotecas* — Não descurou o Govêrno de ampliar a rêde nacional de bibliotecas, elemento fundamental para as necessidades da cultura moderna. Por seus órgãos mais credenciados fomentou a criação e a atualização do acervo de centenas de bibliotecas públicas municipais. A assistência a êsses estabelecimentos vem-se fazendo, não só com publicações de caráter oficial, mas ainda, por aquisições às livrarias, o que é também um modo de amparar a atividade editorial brasileira. Foram aplicados, apenas pelo Instituto Nacional do Livro, 38 milhões de cruzeiros, de 1956 a 1959, na compra de livros para bibliotecas públicas, devendo-se observar que, de 1939 a 1955, as dotações não ultrapassaram 33 milhões e 800 mil cruzeiros. No último quadriênio distribuíram-se 560 383 volumes. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos criou em sua rêde de Centros de Pesquisas Educacionais uma série de bibliotecas especializadas em educação e estudos brasileiros, que atendem a uma crescente procura em várias regiões do País. Além de manter atualizado o próprio acervo de livros e periódicos, os referidos Centros promovem a criação e o enriquecimento de bibliotecas junto a Escolas Normais e Faculdades de Filosofia. Através dêste serviço foram distribuídos, de 1956 a 1959, cêrca de 112 000 exemplares de obras publicadas pelo próprio I.N.E.P. e 400 000 adquiridos a livrarias brasileiras. A Campanha Nacional de Material de Ensino editou e distribuiu, para venda a preço inferior ao custo, diversas obras de alto valor educacional, cuja tiragem alcançou 250 mil exemplares.

Por compra, doação ou contribuição legal, enriqueceu-se o acervo da Biblioteca Nacional com 44 250 unidades em livros, folhetos, músicas, mapas, gravuras, desenhos, manuscritos, estampas etc., e 317 513 jornais e revistas. Dentre as aquisições, cumpre ressaltar as coleções *Artur Ramos*, *Tobias Monteiro*, *Vila Real*, *Abraão de Carvalho*, e, em 1959, a de documentos inéditos do

século XVIII, êsses em número de 4 mil, fundamentais à História do Brasil. A Biblioteca Nacional participou ativamente do II Festival do Livro da América, do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, promovido pela Universidade da Bahia, e, sob os auspícios da Universidade do Rio Grande do Sul, do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Pôrto Alegre. Ainda nesse período, constituiu-se independentemente uma biblioteca musical, das mais atualizadas que existem

Atendendo à necessidade de preservar um dos maiores patrimônios culturais brasileiros, representado pelo acervo da Biblioteca Nacional, fez o Governo renovar tôda a rêde elétrica do estabelecimento, e ali iniciou a instalação de ar condicionado e também de uma rêde de alarme contra incêndio.

*Patrimônio cultural* — Realizaram-se em 593 edifícios, monumentos e obras de talha e pintura antiga, os trabalhos de reparação, conservação e restauração a cargo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao ensejo da comemoração do 250º aniversário de Ouro Preto, foram beneficiados 82 monumentos e edifícios dessa cidade.

*Cultura brasileira no exterior* — Procurando difundir a civilização e a língua do Brasil na América Latina, continuam a realizar excelente trabalho os sete Institutos Brasileiros de Cultura que, com um total de cêrca de 2 000 alunos, funcionam nas cidades de Assunção, Buenos Aires, La Paz, Lima, Montevidéu, Iquitos e Rosário.

Mantivemos, ainda, no exterior, como outro valioso meio de divulgação cultural, cátedras de estudos brasileiros, a cargo de professores patricios, nas Universidades de Paris, Lisboa, Roma, Santiago do Chile, Bruxelas, Nova Iorque, Madri e São Marcos, esta em Lima.

Além dessas atividades, colaborou o Governo na preparação do IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Salvador, sob os auspícios da Universidade da Bahia, e prestou assistência financeira à Semana de Estudos Americanos da Universidade do Brasil. Pelo Itamarati, foram concedidas 52 bôlsas-de-estudo a nacionais de países da América e da Europa. Outrossim, em virtude de convênios culturais assinados pelo

Brasil, cursaram nossas Universidades mais de 330 estudantes latino-americanos.

A publicação — *Brasil, 1959* —, editada em seis línguas, foi profusamente distribuída, no exterior, por intermédio de nossas Missões Diplomáticas e repartições consulares, que, para igual fim, receberam outros livros, bem como discos, diapositivos e filmes sôbre o nosso País. Recentemente, editou-se em português, francês, inglês e espanhol, um pequeno folheto sôbre Brasília.

A propaganda cultural do Brasil, no âmbito internacional, processou-se também através de quatro exposições itinerantes de arquitetura que, no decurso de 1959, se detiveram em Lisboa,

Paris, Barcelona, México, Havana e Tóquio. No campo das artes plásticas, realizamos em Munique, Viena e Leverkusen uma exposição de pintura, gravura, desenho e escultura. Proporcionou-se, ainda, apoio a exposições de consagrados artistas patrícos em Washington, Nova Iorque, Paris e Bruxelas, e promoveu-se a participação do Brasil na Bienal de Paris.

Sob o patrocínio do Itamarati e da NOVACAP, reuniu-se em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Congresso Extraordinário da Associação Internacional de Críticos de Arte, a que compareceram cêrca de setenta críticos de renome mundial, especialmente convidados para conhecer a contribuição brasileira no campo das artes plásticas. Os artigos por êles publicados em grandes órgãos da imprensa internacional muito contribuíram para a difusão da nossa arte.

Ainda no terreno da difusão cultural, destaquem-se as exposições promovidas pela Biblioteca Nacional em Lisboa, Madri, Granada e Ilhas Canárias. O fundo dessas exposições foi doado a entidades culturais, que dêsse modo passaram a ter, na Europa, obras representativas da produção intelectual brasileira em todos os gêneros.

*Livro estrangeiro* — Problema que tem acarretado dificuldades aos nossos meios cultos é o que se relaciona com a aquisição do livro estrangeiro. Também neste setor se fêz sentir a ação do Poder Público. A Comissão instituída pelo Decreto n.º 45 656, de 1959, já apresentou sugestões com o fim de eliminar gravames fiscais e formalidades burocráticas, bem como dar tratamento

cambial favorável às importações. A base dêsse trabalho, foi assinado o Decreto n.º 46 617, de 1959, que dispensou o visto consular nas faturas de importação. Além disso, tenciona o Govern.º submeter ao estudo do Legislativo dois projetos de lei — o primeiro, isentando de taxas aduaneiras livros, mapas, revistas e publicações similares; o segundo, propondo a abertura de crédito especial para a aquisição de obras sôbre matéria técnica, científica, didática e literária, destinadas a bibliotecas escolares ou à revenda, a preços reduzidos, para estudantes.

*Museus* — Foi intenso o trabalho cultural dos museus. Quase todos atualizaram os seus mostruários, de acôrdo com a nova conceituação da museologia, tornando-os dinâmicos e acentuando-lhes a finalidade didática. Intensificou-se o intercâmbio entre êles e instituições congêneres estrangeiras.

A Comissão Nacional de Belas Artes, no periodo 1956/59.





















